

A EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO

Área temática: Educação

Responsável pelo trabalho: Viviane de Paula

Instituição: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP COPPE UFRJ)

Autores: Paulo Victor Santos Aniceto¹; Viviane de Paula²; Maria das Graças da Silva³; Marina de Oliveira Mendonça⁴, Rojane Fiedler⁵, Gonçalo Guimarães⁶.

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar o método utilizado no programa: “Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis” (CATAFORTE), realizado no Estado do Rio de Janeiro, pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP COPPE UFRJ) no ano de 2010. O programa foi executado pela equipe da incubadora, pelos formadores que ministraram as oficinas e pelos monitores que deram suporte, mobilizando os catadores junto às cooperativas de materiais recicláveis. O trabalho analisa as contribuições geradas no processo de capacitação e formação oferecida à equipe, através do processo de construção pautado na troca de saberes entre os participantes e a equipe executora. Este trabalho tem a intenção de ressaltar a importância do projeto para a reconstrução da imagem do catador(a) e difundir os resultados alcançados com a sua execução.

Palavras-chave: Formação, Reciclagem, Catadores.

Com o aumento do consumo na sociedade atual, cresce também o descarte de resíduos que poderiam ser reaproveitados, mas por desconhecimento ou falta de políticas públicas voltadas para esta questão, tal ação não é realizada. Neste contexto estão os catadores de resíduos sólidos, que encontram nesta atividade uma fonte de trabalho e renda. Baseado nesta realidade, o Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE/SENAES), em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB), e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), desenvolveu em 2010, o programa CATAFORTE. O objetivo geral deste programa era capacitar e qualificar catadores de resíduos sólidos em todo o território brasileiro, oferecer formação e assistência técnica aos Empreendimentos Econômicos

¹ Cientista Social/UFRJ. Técnico ITCP/COPPE/UFRJ.

² Graduanda em Pedagogia/UFRJ. Bolsista de Extensão ITCP/COPPE/UFRJ

³ Historiadora/UGF. Mestre em Psicologia Social/UGF. Coordenadora ITCP/COPPE/UFRJ.

⁴ Geógrafa/UFRJ. Mestrado em Ciência Ambiental/USP. Técnico ITCP/COPPE/UFRJ.

⁵ Especialista em Divulgação da Ciência pela Fundação Oswaldo Cruz (2010). Coordenadora executiva ITCP COPPE UFRJ

⁶ Arquiteto/UFRJ. Doutor em Planejamento Urbano/USP. Coordenador Geral ITCP COPPE UFRJ



⁵Solidários (EES), além de mobilizar o setor da reciclagem para o fortalecimento destes grupos. Os objetivos específicos do programa visavam à criação e ao fortalecimento de uma Rede de Cooperação entre as cooperativas de reciclagem, promoção do reconhecimento dos catadores neste processo de autogestão, identificação e registro, apoio ao desenvolvimento de tecnologias sociais próprias para as formas de organização coletivas ⁶destes catadores, além da difusão e debate sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. As instituições executoras contaram com um caderno de apoio que continha a proposta pedagógica com subsídios para a capacitação de formadores e de catadores de materiais recicláveis. O plano metodológico da SENAES/MTE definiu dezoito (18) temas que seriam discutidos nas oficinas, baseado na perspectiva de que as instituições participantes já possuíam uma metodologia e material próprio e só realizariam as adaptações necessárias para a execução do projeto. No Rio de Janeiro, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP COPPE UFRJ) foi a executora deste programa e elaborou um Plano de Ensino e Desenvolvimento indicando bibliografias para auxiliar os formadores e monitores em suas pesquisas. A equipe pedagógica da ITCP estruturou os temas estabelecidos pela SENAES/MTE em seis (06) módulos: Histórico e organização, Políticas públicas para o manejo de resíduos sólidos, Formalização de empreendimentos, Gestão, Logística reversa e Formação para participação de redes. Cada módulo durou oito horas (8h) e foram realizados nos finais de semana, permitindo uma maior participação dos inscritos. Todo esse processo seguiu diretrizes para a construção do material didático utilizado na realização dos encontros. Estas diretrizes seguiram as orientações do Termo de Referência – TR, elaborado pela SENAES/MTE, que estabelecia os parâmetros de conteúdo e a metodologia que deveria ser seguida para a realização das oficinas. As orientações respeitaram a liberdade de escolha dos formadores ao adaptarem os conteúdos à realidade dos catadores, garantindo uma participação mais efetiva. Completada esta etapa do projeto, partiu-se para a contratação da equipe executora. Foi publicado um edital em maio de 2010, estabelecendo os critérios para a contratação de coordenador de campo, monitor e formador. Após este período, foi iniciada a seleção da equipe. Os requisitos utilizados para a avaliação dos cargos de monitor e coordenador de campo foram liderança, facilidade de comunicação, ser catador(a) e conhecer as propostas políticas desta categoria. Para o cargo de coordenador de campo houve apenas a análise de currículo e entrevista. Os monitores passaram por entrevista, dinâmica de grupo e análise

da ficha de cadastro. O diferencial para a contratação dos monitores era pertencer ou conhecer a comunidade onde se estava formando o núcleo, a fim de facilitar o diálogo com a incubadora. Depois das entrevistas, realizou-se encontro com os candidatos selecionados ao cargo de monitor que foi dividido em três momentos: primeiro foi feita a apresentação entre os candidatos, depois foi pedido aos mesmos que escrevessem uma redação sobre as dificuldades e problemas enfrentados para a formação e manutenção de uma cooperativa, e por último, foi lido um poema que ressaltava a importância do trabalho em grupo. A mediadora pediu que os monitores desenhassem em uma folha de papel sua mão esquerda e colocassem no desenho suas expectativas e perspectivas acerca de sua atuação no projeto como um todo, desde sua realização até os desdobramentos que o mesmo alcançasse no seu decorrer. Todas estas atividades geraram um debate sobre os questionamentos apontados durante a realização deste encontro, que foram integrados às ações executadas pelos monitores durante todo o projeto. Para o cargo de formador(a), os requisitos exigidos foram facilidade de comunicação oral e escrita, experiências em atividades de formação em educação popular, disponibilidade de tempo e possibilidade de deslocamento. A seleção seguiu critérios de avaliação pautados na análise de currículo, entrevista, aplicação de uma aula prática, elaboração do plano de aula, recursos didáticos utilizados, comunicação escrita (clareza, coesão e coerência, adequação da linguagem), bibliografia utilizada, e facilidade de comunicação oral. A avaliação foi realizada pelo corpo técnico da ITCP COPPE UFRJ. Após o término dos processos de seleção e contratação, a equipe composta por cinco (05) monitores e seis (06) formadores passou por um período de formação e capacitação. A equipe do projeto se reunia periodicamente para a troca de experiências práticas com seus colegas, tendo como preceito a afirmação de Freire (1996), *“este processo de formação voltado para os formadores e monitores, terá como base a reflexão dos sujeitos sobre sua prática... realizando uma constante avaliação para orientar seu trabalho”*, realizando assim avaliações referentes ao processo de formação dos catadores e deles próprios como um todo. As oficinas de formação abordaram temas variados como a identificação dos objetivos do projeto, a importância de cada um dos participantes neste processo, o reconhecimento da própria identidade e a valorização da construção da identidade coletiva. Isto possibilitou conhecer a luta social e política do MNCR e o reconhecimento dos catadores enquanto agentes ambientais, entre outros. O objetivo principal destas dinâmicas realizadas foi propiciar a integração entre a equipe que iria executar o projeto e a utilização da criatividade como um instrumento para o trabalho junto aos catadores, dando espaço para a flexibilização e o diálogo entre os formadores e

monitores no cotidiano do projeto. No que tange às oficinas a metodologia utilizada baseou-se nos pressupostos teóricos da Pedagogia da Alternância e da Pedagogia da Autonomia. A utilização deste método contribuiu para a formação dos catadores, possibilitando aos mesmos a conciliação entre estudo e trabalho, permitindo neste processo de ensino-aprendizagem, com base na perspectiva do desenvolvimento local solidário e sustentável, a formação integral dos educandos e a integração da família. As oficinas funcionaram no esquema da ação-reflexão-ação, onde os temas foram abordados a partir do conhecimento prévio dos catadores. Este método é utilizado no meio rural, e foi adaptado para o meio urbano a fim de possibilitar a reflexão destes atores sociais sobre a realidade vivenciada por eles, tendo como base as situações-problemas existentes no dia-a-dia de cada um e do coletivo. A pedagogia da alternância é um método de trabalho adotado em algumas experiências que envolvem a alternância, porém se converge com o método utilizado por Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos. Para Mazzeu (2010), o método é *“não apenas um ‘caminho para se atingir um fim’, mas é definido pela intencionalidade da ação...”*. Ou seja, o método pedagógico sempre existirá, porém a escolha do processo e sua utilização deverão ser realizadas com plena consciência dos resultados que serão alcançados ou não. Neste sentido o método se encontra em constante transformação, não existindo neste processo educativo uma receita pronta para ser aplicada. Freire (1996) afirma que todo processo de ensino deve partir do universo do educando, isto é, devemos sempre partir do conhecimento que este possui para posteriormente agregarmos a estes conhecimentos novas informações. Neste sentido, Freire (1996), defende que o pensar certo coloca ao professor *“...o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam à escola saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também... discutir com os alunos a realidade concreta a que se associar a disciplina cujo conteúdo se ensina...”*. Seguindo este modelo proposto por Freire, a equipe da ITCP (formadores e monitores) realizou uma pesquisa acerca do universo cultural dos catadores (as), com o levantamento de questões pautadas em temas geradores que suscitavam debates sobre a atual situação deles, assimilando novos conhecimentos, sistematizando e registrando os resultados obtidos. Ao fim do projeto esperávamos alcançar a melhoria na capacidade técnica dos empreendimentos através da gestão e comercialização dos serviços ou produtos oferecidos, do aumento da renda mensal destas pessoas e dos postos de trabalho. Contudo, alcançamos mais do que o esperado. Foram identificados 23 empreendimentos formados e certificaremos 640 inscritos. Dezesete (17) empreendimentos estão em fase de formação, além dos que procuraram a ITCP COPPE

UFRJ sem estarem inscritos no projeto. Foi promovido um debate entre os representantes da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA (Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais) e os catadores para a realização de algumas modificações no edital voltado para as cooperativas que impedia a participação da maioria destes empreendimentos, bem como o aditamento do prazo de entrega dos projetos. Para conscientizar a luta diante da discriminação e violência contra a mulher catadora, foi realizado um seminário, o I Encontro de Mulheres Catadoras: Violência, Saúde e Cidadania. Conseguimos com isso, o aditamento do projeto por um período de um ano, para darmos continuidade no trabalho desenvolvido pela ITCP COPPE UFRJ.

As oficinas ministradas possibilitaram à equipe da ITCP COPPE UFRJ a vivência prática da metodologia utilizada no projeto, permitindo a reflexão destas práticas e a relação com o outro, adaptando as linguagens, o tempo dos encontros e a sua organização. As pessoas que atuaram no projeto puderam utilizar o lúdico como um instrumento de ensino-aprendizagem, valorizando também o conhecimento trazido pelos catadores(as), que não era pouco, mostrando que eles possuem um importante papel neste processo, percebendo como se constrói a identidade social no individual e no coletivo. A participação nestes projetos permite ao docente e ao discente perceber o quanto se tem a aprender e não somente ensinar aos outros, possibilita o estreitamento de relações com o universo que fica à parte, quando ingressamos na Universidade. O I Encontro de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras definiu a Extensão Universitária como um: “(...) processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla...”. (NOGUEIRA, 2000: 11). Ou seja, ao atuarmos em um projeto de extensão estaremos nos permitindo ampliar nossos conhecimentos e amadurecermos como sujeitos capazes de modificar e/ou interferir na sociedade, enxergando o outro como semelhante.

Referências bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

UNITRABALHO Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho. **Segundo Relatório de Diagnóstico dos Empreendimentos Econômicos Solidários (Associações/ Cooperativas) de Catadores de Materiais Recicláveis do Projeto CATAFORTE**. São Paulo: Unitrabalho, 2010.

MAZZEU, Francisco José Carvalho. **Educação e Economia Solidária: contribuição da Pedagogia da Alternância para os catadores de materiais recicláveis**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.19, n.34, p.49-61, jul/dez 2010.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

Área Temática: EDUCAÇÃO

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Hadassa Monteiro de Albuquerque⁽¹⁾; Marilene Barbosa Siqueira Dácio⁽²⁾; Fabíola Barrocas Tavares⁽³⁾

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência do projeto de extensão, intitulado “*Família Cidadã: Participando com Familiares do CAPS na implementação dos Direitos em Saúde Mental*” do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba, na cidade de João Pessoa, nos períodos de 2010.1 e 2010.2. Tal projeto foi financiado pela Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários- PRAC. Teve por objetivo promover encontros onde se refletisse sobre questões relativas à saúde mental. Nossas atividades foram desenvolvidas com familiares e usuários do serviço municipal de Saúde Mental CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. Como metodologia utilizamos a pesquisa participante, que propõe o conhecimento da realidade para depois transforma-la. As leituras referentes à família e educação foram embasadas nas discussões da fenomenologia. Como resultados parciais, obtivemos a mobilização social em torno do direito ao passe livre, a melhoria das instalações físicas do serviço, bem como a organização de uma associação. Percebemos que o processo educativo promovido nos encontros possibilita a construção de uma cidadania conquistada com lutas pela efetivação da inclusão social dos portadores de transtorno mental.

Palavras- chave: Educação. Família. Saúde Mental

(1) Graduanda do curso de Pedagogia –UFPB

(2) Graduanda do curso de Pedagogia –UFPB

(3) Professora doutora do curso de Pedagogia –UFPB



INTRODUÇÃO

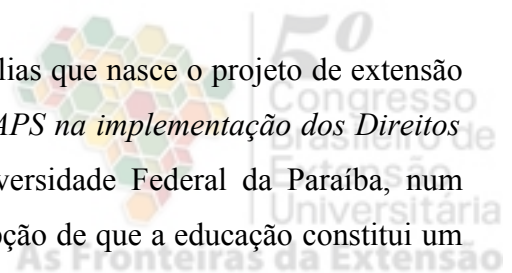
Os Centros de Atenção Psicossocial- CAPS surgiram a partir de reivindicações que criticavam o manicômio, instituição que desde a Idade Clássica foi destinada às pessoas com doença mental. Entre os movimentos que criticavam essa instituição, podemos citar a Luta Antimanicomial, que teve a reivindicação de fechamento dos manicômios atendida a partir da década de 1990, pois o governo federal adere a política neoliberal, segundo a qual a saúde passa a ser vista como um gasto do Estado e não como um direito social e a diminuição de internação em hospitais psiquiátricos passa a representar redução de gastos aos cofres públicos.

Em 6 de abril de 2001 é instituída a Lei Nº. 10.216 que propõe a substituição de hospícios por serviços alternativos, como o CAPS- Centro de Atenção Psicossocial, oferecido pelo município, formado por uma equipe multidisciplinar, tratando o doente mental ao mesmo tempo em que tenta, aos poucos, inserí-lo na sociedade.

Nessa nova configuração da política de saúde mental, a família passa a ser a responsável pelos cuidados, devendo receber uma ajuda financeira do governo para suprir os gastos com esse cuidado, muito embora, na prática os empecilhos para receber tal benefício sejam inúmeros.

O serviço CAPS, conta com a atuação de vários profissionais, tais como, psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, educadores físicos, pedagogos, entre outros, para garantir atendimento clínico, através do psiquiatra, responsável pela medicação e do psicólogo, responsável por questões correspondentes as emoções. O restante dos profissionais é responsável por oficinas pedagógicas e culturais. É importante ressaltar que a atenção do serviço CAPS não está voltada apenas para o paciente, mas também para o familiar cuidador.

É a partir dessa necessidade de atenção as famílias que nasce o projeto de extensão “*Família Cidadã: Participando com Familiares do CAPS na implementação dos Direitos em Saúde Mental*”, do curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba, num CAPS, na cidade de João pessoa, defendendo a concepção de que a educação constitui um



direito de todos, durante toda a vida, e deve acontecer em diferentes espaços sociais, que se deram nossas atividades no decorrer do projeto.

Dessa forma, o público alvo das ações do projeto foram familiares de doentes mentais. Entre os objetivos do projeto podemos citar a criação de um espaço onde se discutisse assuntos referentes ao cuidado e a vivência com um familiar adoecido, bem como um espaço onde se fosse possível discutir direitos no âmbito da saúde mental.

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Como metodologia para o desenvolvimento das nossas atividades, utilizamos a Pesquisa Participante.

Esta metodologia consiste numa atividade educativa de investigação e ação social, onde os participantes dessa investigação, os marginalizados, analisam a sua própria realidade para depois transformá-la, de forma que beneficiem a si mesmos, ou seja, a comunidade a qual pertencem.

Esse conhecimento produzido se deve a união do professor, aluno ou intelectual, comprometido com a causa popular, e os grupos populares. Como esclarece Brandão:

Conhecer a sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a história de classe. Aprender a reescrever a História através da *sua* história. Ter no *agente* que pesquisa uma espécie de *gente* que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos, que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a pesquisa participante – onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes – pretende ser um instrumento a mais de conquista popular. (BRANDÃO, 1984, p. 11)

De início as nossas atividades se deram com um grupo de famílias do CAPS Caminhar, localizado no bairro Valentina de Figueiredo e depois, transferido para o bairro dos Bancários. Essas atividades constituíram em oficinas, realizadas quinzenalmente, onde participaram familiares dos usuários do serviço, um profissional também do serviço, que

nos acompanhou, a professora da universidade, coordenadora do projeto, uma aluna bolsista e algumas voluntárias.

Para fundamentar as discussões, foram apresentados materiais como a letra de uma música, um desenho que representasse a família, feito pelo próprio familiar, entre outros materiais. Nesses encontros, trazíamos um tema, para que fosse discutido com o grupo. Esses momentos foram de trocas de experiência, desabafo, como também de aprendizagem. A partir dessas oficinas, realizadas com o grupo de familiares, surgiu a Associação Caminhando, formada por profissionais, familiares, amigos e usuários do serviço, com o intuito principal de lutar por direitos no campo da saúde mental.

RESULTADOS

A partir da organização da associação, foi possível que os familiares, se unissem com o mesmo objetivo: lutar por direitos para que seja efetivada a inclusão social dos portadores de transtorno psíquico. Através dessa luta, utilizando-se de abaixo-assinados e mobilizações foi conquistado um prédio, com melhor infra estrutura para o serviço. Também foi organizada uma feijoada, para arrecadar fundos para a associação, possibilitando assim, que essa fosse registrada. Também foram organizadas palestras para que os doentes mentais e seus familiares pudessem conhecer mais sobre direitos na saúde mental, bem como tirar suas dúvidas sobre esse tema.

Como resultado, também podemos citar, a participação de familiares e usuários como representantes da associação na I Conferencia Municipal de Saúde Mental de João Pessoa “Saúde Mental, Direito e Compromissos de Todos: consolidar avanços e enfrentar desafios”, como também na “III Conferencia Estadual de Saúde Mental- Intersetorial”. Também pudemos contar com a participação de um usuário na Conferencia Nacional de saúde Mental, que aconteceu em Brasília, em 2010.

Para nós, estudantes do curso de Pedagogia e profissional da academia, a realização desse projeto possibilitou relatar essa experiência em eventos acadêmicos, onde houve o compartilhamento do conhecimento.

Além disso, foi organizado um grupo para se dirigir a Câmara Municipal dos Vereadores, com o intuito de reivindicar o passe livre para os portadores de doença mental, usuários do serviço municipal de saúde, como também para o seu familiar cuidador, quando se fizer necessário esse acompanhamento. Em 2010 foi aprovada a Lei Municipal Nº 12.069, que garante passe livre para os usuários do serviço municipal de saúde mental em João Pessoa.

No período que antecede as eleições, alguns candidatos a cargos políticos compareceram a associação para apresentarem as suas propostas no campo da saúde mental. Com o objetivo de promover um momento de esclarecimento político, será organizado na UFPB, antes das eleições, um debate entre candidatos a deputado estadual, para que o público em geral e principalmente as pessoas envolvidas com a saúde mental, desde estudantes, professores, familiares e usuários, possam conhecer as propostas de tais candidatos.

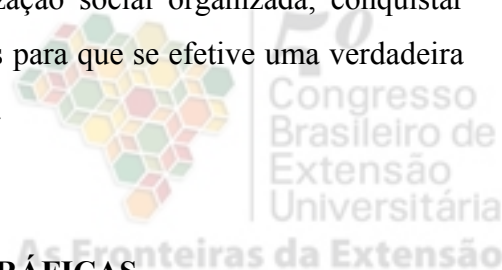
CONCLUSÃO

A extensão contribui para que o conhecimento que é produzido na academia seja utilizado em benefício das pessoas que compõe a sociedade como também esta colabora para que esse conhecimento seja produzido.

Este projeto, especificamente, contribuiu para que nós, estudantes do curso de pedagogia, pudéssemos experimentar de uma experiência educativa fora do espaço escolar e do ensino sistematizado.

Para a comunidade, especificamente a que está ligada ao serviço municipal de saúde, formada por familiares, usuários e/ou profissionais, a educação contribuiu para o esclarecimento de que é possível, através da mobilização social organizada, conquistar direitos, muito embora, os desafios ainda sejam muitos para que se efetive uma verdadeira inclusão social para os portadores de transtorno mental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Pesquisa Participante**. 4ª Ed. Editora Brasiliense. São Paulo, 1984.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006**.

CANEVACCI, Massimo (Org.). **A Dialética da Família**. Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. 4ª Ed. Editora Brasiliense. São Paulo- SP, 1985.

CARRANO, Austregésilo Bueno. **Canto dos Malditos**. Curitiba: 2001.

KUPFER, Maria Cristina. **Freud e a Educação**. O mestre do Impossível. Editora Scipione. São Paulo- SP, 1992.

MELMAN, Jonas. Família e Doença Mental. Repensando a relação entre profissionais de saúde e família. Coleção Ensaio Transversais, 9. Editora Escrituras, São Paulo, SP, 2001.

Pesquisa Participante. Disponível em:
<http://giselacastr.vilabol.uol.com.br/pesquisapart.htm>. Acesso em: 25 de Mar. 2008



FORMAÇÃO DE AGENTES SOCIAIS E LICENCIANDOS PARA TRATAMENTO DA TEMÁTICA DA DIVERSIDADE ETNICORRACIAL E DA IDENTIDADE RACIAL: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EM INTERFACE COM A PESQUISA

Área temática: Educação

Responsáveis pelo trabalho: Carlos Tadeu Siepierski e Geovania Lúcia Santos

Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Autores: Geovania Lúcia Santos (1) Luiz Carlos Felizardo Junior (2) Carlos Tadeu Siepierski (3) Ronaldo Auad Moreira (4) Adriana Fernandes (5) Ana Cláudia Muniz (6) Thamires de Cássia Lima (7)

Resumo: A Constituição de 1988 revolucionou a relação do Estado brasileiro com a sociedade, especialmente no que diz respeito aos grupos etnicorraciais. Atribuiu-se ao Estado o papel de formular políticas públicas que garantissem tanto o respeito à diversidade etnicorracial quanto à inclusão dos grupos marginalizados no exercício pleno da cidadania através de ações afirmativas. No entanto, as alterações no âmbito formal não se concretizam automaticamente nas relações cotidianas. Os sujeitos precisam passar por um profundo processo de transformação, tanto na compreensão quanto no exercício da cidadania que esse novo quadro social aponta. Cientes, portanto, da necessidade de contribuir para a efetivação das garantias do plano jurídico-legal no plano das relações concretas propomos, em parceria com entidade dos movimentos sociais comprometida com o enfrentamento das desigualdades etnicorraciais, um programa de formação de agentes sociais e de licenciandos para o tratamento das temáticas da diversidade etnicorracial e da identidade racial e, concomitantemente, a realização de uma investigação sobre o impacto dessa formação na reelaboração da identidade dos sujeitos envolvidos no processo. O trabalho está estruturado em duas fases distintas, mobilização e articulação dos participantes; e seminários temáticos e oficinas culturais. A execução tem transcorrido dentro das expectativas, sendo importante, contudo, ressaltar as dificuldades de mobilização dos agentes sociais, e tem mostrado também a todos os envolvidos a importância de a universidade se colocar ativamente nos grandes debates nacionais acerca da construção de uma sociedade menos desigual.

Palavras chave: Formação; diversidade etnicorracial; identidade racial.

FORMAÇÃO DE AGENTES SOCIAIS E LICENCIANDOS PARA TRATAMENTO DA TEMÁTICA DA DIVERSIDADE ETNICORACIAL E DA IDENTIDADE RACIAL: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EM INTERFACE COM A PESQUISA

Autores: Geovania Lúcia Santos (1) Luiz Carlos Felizardo Junior (2) Carlos Tadeu Siepierski (3) Ronaldo Auad Moreira (4) Adriana Fernandes (5) Ana Cláudia Muniz (6) Thamires de Cássia Lima (7)

Introdução

O povo brasileiro se formou a partir de uma enorme diversidade cultural na qual estão presentes as várias etnias de negros trazidos da África e transformados aqui em mão-de-obra escrava para alavancar o processo de expansão econômica do branco europeu no início no século XVI. Logo, com a constituição do Estado-nação e o ideal de uniformidade cultural, essa diversidade cultural foi reprimida violentamente, havendo até a tentativa de *embranquecimento* da nação com os incentivos da imigração europeia.

Com a Abolição da escravidão, os descendentes de africanos foram submetidos a uma completa invisibilidade sócio-cultural, situação que começa a se alterar após o regime militar, com a promulgação da Constituição em 1988, que revolucionou a relação do Estado com a sociedade, principalmente no que diz respeito às relações etnicorraciais. Reconheceu-se, assim, a diversidade cultural brasileira e a dívida histórica da nação com afrodescendentes e índios. Foram criadas condições para a implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial e o enfrentamento a todo tipo de discriminação.

Embora o considerável avanço conquistado no aspecto formal, isso não se traduz automaticamente em práticas sociais. Há resistências de toda ordem, afinal, cinco séculos de discriminação e práticas arraigadas não desaparecem a partir da publicação de leis e decretos, sendo necessária a construção de práticas relacionais mutuamente acordadas entre os indivíduos a fim de que se instaurem, efetivamente, os novos padrões sociabilidade que estas normatizações ensejam.

Diante deste cenário surge a proposta deste projeto de extensão, que tem por objetivo contribuir para a efetivação, no plano das relações e práticas cotidianas, de todo arcabouço normativo-legal por meio do qual se tem buscado criar novas bases para as relações etnicorraciais no Brasil. Concomitantemente, busca-se reafirmar o compromisso da universidade pública com a transformação social que passa pela consolidação da democracia e efetivação dos direitos de cidadania para todos os segmentos sociais.

Para tanto, a Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG – firmou parceria com o Núcleo de Consciência Negra de Alfenas – NCNA –, uma ONG criada há 16 anos

pela família Cruz Lázaro cuja principal atividade é o resgate e valorização da cultura afrodescendente em um trabalho voltado à elevação da auto-estima de segmentos vulneráveis socioeconomicamente. A ação prioritária da articulação da UNIFAL-MG com o NCNA é a proposição de uma formação para os agentes sociais que ali atuam na temática da Diversidade etnicorracial brasileira e identidade racial, a fim de contribuir para o aprimoramento do trabalho que vem sendo executado, há anos, a partir e com base no desejo de militantes da causa etnicorracial de dar visibilidade e legitimidade à população afrodescendente da cidade e ao NCNA.

O projeto pressupõe a participação de agentes sociais que atuam na ONG parceira e de estudantes de licenciatura com vistas a promover a aproximação dos dois segmentos, oportunizando o aprendizado mútuo: no caso dos agentes sociais, prevê-se que a atuação junto aos estudantes potencialize a curiosidade acadêmica e estimule-os no sentido da valorização do estudo como fonte para qualificar suas ações; no caso dos estudantes, prevê-se que a aproximação e o trabalho em parceria com os agentes sociais contribuam para o fortalecimento de sua trajetória, formando-os como profissionais atentos, sensíveis e conhecedores de questões que, estando presentes no cotidiano das pessoas, certamente implicam o trabalho do educador, demandando sua intervenção.

Pretende-se, ao final do trabalho, contribuir na execução da Semana da Consciência Negra – evento realizado anualmente pelo NCNA no mês de novembro em homenagem à Consciência Negra, mobilizando toda a cidade. Juntos, estudantes e agentes sociais farão a proposição de ações de intervenção de diferentes naturezas, com base nas discussões realizadas ao longo da formação, tendo como público-alvo a população da cidade.

Metodologia

A proposta de trabalho que aqui se apresenta conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG – por meio de sua aprovação no Edital de Extensão em Interface com a Pesquisa¹. Assim, nossa ação de extensão conta também com a realização de uma pesquisa voltada para a compreensão dos impactos da formação no processo de (re)elaboração identitária racial vivenciados por seus participantes. O trabalho está estruturado em duas fases distintas, como mostraremos a seguir.

A) Mobilização e articulação: momento destinado à aproximação entre a equipe

¹O financiamento se dá na forma do custeio de duas bolsas de iniciação Científica e de recursos para a aquisição de material técnico científico para subsidiar a formação e a pesquisa. O projeto conta, ainda, com uma bolsa de extensão custeada pela própria universidade.

propositora e o NCNA a fim de mobilizar seus agentes e articular a parceria a partir da qual a ação se desenvolveria. Esta fase foi realizada entre o segundo semestre de 2009 e o fim de 2010, com uma série de visitas à sede do NCNA e reuniões entre os docentes da UNFAL-MG e agentes da entidade parceira, a fim de definir um desenho mais adequado ao projeto para contribuir, de forma efetiva, para o fortalecimento da ONG e de suas ações.

B) A formação prevista neste projeto de extensão em interface com a pesquisa está estruturada em torno de duas atividades, a saber: Seminários Temáticos e Oficinas Culturais. No primeiro caso, trata-se de encontros formativos em que os participantes têm a oportunidade de (re)construir os conhecimentos relativos à questão da diversidade etnicoracial brasileira em geral e, de modo específico, à questão da identidade racial. Tendo como foco o estudo teórico-conceitual dos temas propostos, os Seminários são ministrados pelos docentes vinculados ao projeto e/ou por profissionais experientes nas temáticas desenvolvidas. Objetiva-se, por meio destes Seminários, contribuir para a construção de uma compreensão básica acerca dos aspectos tratados pelos participantes, de modo que todos e cada um se aproximem da complexidade que constitui o campo temático em estudo, ampliando as possibilidades de ação, tendo em vista que a forma como compreendemos os fenômenos determinam a natureza de nossas intervenções. Os Seminários serão oferecidos em módulos mensais, com duração de quatro horas cada um. O conteúdo programático prevê o desdobramento da temática do curso em seis subtemas: Movimentos Sociais, Diversidade Étnico-racial e o Processo de Afirmação de Identidades no Brasil Contemporâneo; Corporeidades e Diversidade e Identidade Racial; Arte, Estética, Diversidade e Identidade Racial; Religião Tradição, Diversidade e Identidade Racial; Território, Diversidade e Identidade Racial; Diversidade e identidade racial na cidade.

As oficinas culturais têm duração de quatro horas e são realizadas ao final da execução de um bloco de dois Seminários. Elas são um tempo-espço para se vivenciar os conteúdos dos Seminários Temáticos por meio de uma abordagem dinâmica, reflexiva e dialógica para fomentar a expressão dos sujeitos participantes, estimulando-os a externar e a colocar em diálogo seus saberes, conhecimentos e percepções. Pretende-se que sua vivência sensibilize e instrumentalize os participantes para planejar e executar ações de intervenção na cidade de Alfenas durante as comemorações do 20 de Novembro organizadas pelo NCNA. O conteúdo das Oficinas Culturais será organizado articulando as discussões feitas em cada dois seminários, conforme se apresenta a seguir: Oficina Temática 1 - Corpo, arte e estética na afirmação das identidades raciais; Oficina Temática 2 – Cantar, dançar, rezar: a identidade racial em movimento; Oficina Temática 3 – Cidade:

territórios de identidades. Todo o trabalho é realizado com a utilização de recursos de multimídia, material técnico científico para suporte teórico e outros materiais complementares tais como filmes, músicas e demais recursos que subsidiem a discussão.

A partir da realização destas atividades prevê-se o planejamento e execução de ações de intervenção na Semana da Consciência Negra em 2011, bem como o desenvolvimento e conclusão da pesquisa já referida, cuja execução se faz em paralelo à realização dos Seminários e Oficinas.

Resultados e Discussões

Conforme já anunciado, a fase de mobilização e articulação teve início no segundo semestre de 2009. Quanto à execução da formação propriamente dita, o início deu-se no mês de março do corrente ano, por meio de um encontro de abertura no qual todos os participantes tiveram a oportunidade de conhecer a proposta contribuindo para sua adequação ao tempo, condições e expectativas do grupo. O grupo contemplado no projeto é constituído por oito estudantes, em sua maioria do curso de Ciências Sociais – licenciatura – e de agentes sociais que chega a doze participantes em algumas ocasiões. Até o presente momento foram realizados três Seminários (Movimentos Sociais, Diversidade Etnicorracial e o Processo de Afirmação de Identidades no Brasil Contemporâneo; Corporeidades e Diversidade e Identidade Racial; Arte, Estética, Diversidade e Identidade Racial) e uma Oficina (Corpo, arte e estética na afirmação das identidades raciais).

A execução tem transcorrido dentro das expectativas, sendo importante, contudo, ressaltar as dificuldades de mobilização dos agentes sociais que, em suas falas revelam o reconhecimento da importância deste espaço para a discussão e o tratamento da questão etnicorracial, numa formação que lhes dê suporte para lidar com a realidade nas práticas de seus cotidianos. Contudo, os mesmos mostram-se, por vezes, sem disponibilidade para participar das ações o que tem dificultado a realização plena dos objetivos propostos e chamado a atenção da equipe executora para a delicadeza e complexidade que envolvem a extensão universitária, entendida como tempo-espaço de articulação entre os diferentes saberes que circulam socialmente e o conhecimento acadêmico potencializado como instrumento para a transformação social.

Em relação aos acadêmicos, licenciandos de Pedagogia e Ciências Sociais, alguns já atuantes na educação básica, destacou-se a compreensão da importância de uma formação conjunta entre a universidade e o movimento social como mecanismo propiciador de aprendizagens múltiplas e significativas; visando a construção de bases para

um diálogo que questione a visão do eu e do outro em relação à questão etnicorracial, somado à conscientização da necessidade de, como profissionais, compreender os fenômenos sociais e os modos como os sujeitos lidam com os mesmos e se organizam para resistir aos mecanismos de opressão, aprimorando sua ação socioprofissional.

Conclusão

A execução deste projeto de extensão em interface com a pesquisa tem mostrado a todos os envolvidos a importância de a universidade se colocar ativamente nos grandes debates nacionais acerca da construção de uma sociedade menos desigual, porque reconhecidora dos direitos de todos e de cada um. Este compromisso com os grandes debates deve se desdobrar em ações efetivas de aliança da universidade com a sociedade tendo em vista o fortalecimento, por um lado, dos agentes sociais que terão potencializadas suas ações e, por outro lado, do próprio fazer universitário no que tange à formação profissional.

Nossa experiência tem nos mostrado que, muito embora esta aliança seja salutar para o fortalecimento de ambas as partes – universidade e sociedade –, sua implementação representa um grande desafio posto que implica a construção (nem sempre fácil) de uma agenda e a pactuação de objetivos comuns cuja realização demanda, por sua vez, uma fina articulação que possibilite o trabalho coletivo.

Por outro lado, como já tivemos a oportunidade de pontuar, a positividade dos resultados, expressa, entre outros, na qualidade das discussões que se dão ao longo da execução da formação e, ainda, na mobilização dos participantes para refletir acerca de novas e/ou renovadas formas de compreender a questão da diversidade etnicorracial e da identidade racial reforçam, na equipe, a certeza da importância de dar continuidade à ação, investindo, sobretudo, no potencial de multiplicação de seus resultados.

Por fim, resta ainda ponderar que partimos do entendimento de que a forma como cada pessoa compreende um determinado fenômeno orienta sua ação em relação ao mesmo. Disto decorre nossa expectativa de que as novas formas de compreensão da questão a partir e em torno da qual este projeto se articula resultarão em ações mais qualificadas e com maior potencial de transformação da realidade da população afrodescendente representada e contemplada nas ações empreendidas pelo Núcleo de Consciência Negra de Alfenas-MG, bem como naquelas que os estudantes partícipes do projeto desenvolverão em suas vidas e, mais especificamente, em seu campo de atuação profissional.

FORMAÇÃO PARA CIDADANIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Área Temática: Educação

Responsável pelo Trabalho: C.M.L. RODRIGUES

Faculdade de Tecnologia Senac-DF (Faculdade Senac-DF)

Autores: A.M.R. RODRIGUES; D. M. S. P. RAPOSO; F.F.R SILVEIRA; J. E. CAIXETA

Resumo

Produzir e disseminar conhecimentos promovendo a mudança da realidade social e, ao mesmo tempo, integrar instituições de ensino e comunidade são desafios da educação superior. A superação desses problemas necessita de que sejam criadas estratégias que vinculem fortemente as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, o presente artigo apresenta uma estratégia de alinhamento entre ensino e extensão com vistas ao atendimento das demandas sociais da comunidade local e de formação para cidadania sob a forma dos Projetos Interdisciplinares realizados por alunos ingressantes nos Cursos Superiores de Tecnologia da Faculdade de Tecnologia Senac-DF. Os Projetos Interdisciplinares para os alunos ingressantes foram instituídos no segundo semestre de 2010 com a proposta de desenvolvimento de ações de responsabilidade social e ambiental que atendam a uma demanda da comunidade onde a instituição se insere. As ações são planejadas e executadas pelos alunos integrando conteúdos de todas as disciplinas do semestre em curso, sob orientação e coordenação dos professores. Até o momento, foram atendidas 37 instituições, atingindo 4.895 pessoas. A participação de alunos e professores na prática da extensão universitária tem propiciado a formação cidadã, o estreitamento das relações, o reconhecimento da importância da responsabilidade social e uma mudança comportamental no corpo discente.

Palavras-chave

Cidadania, responsabilidade social, compromisso social

Introdução

A produção e a disseminação do conhecimento são pressupostos da educação superior, que deve perfazer o trinômio pesquisa-ensino-extensão. Entretanto, a coesão e o alcance da missão da educação superior somente se tornam viável se os atores envolvidos estabelecerem uma relação dialógica consistente. As Instituições de Ensino Superior (IES), portanto, assumem papel fundamental como fomentadoras desta relação, integrando comunidade interna e externa, criando condições para que seus vários segmentos construam conhecimentos socialmente relevantes e retornando-os a comunidade externa na forma de melhorias reais nas condições de vidas dos indivíduos.

Um segundo pressuposto é de que educação superior deva propiciar a formação não só profissional do graduando, mas, também, a formação para cidadania, mantendo o “compromisso especial com a preparação de cidadãos para a vida, função esta que decorre de sua natureza intrínseca como processo construtor do conhecimento, única ferramenta de que o homem dispõe para a realização de sua existência histórica” (Severino 2002, p. 121). Para tanto, engajar o aluno nas atividades de extensão figura-se como um recurso para incentivar o contato deste aluno com a realidade social que o cerca, possibilitando que assuma o papel de agente de mudança social.

Para alcance deste intento, a Faculdade de Tecnologia Senac-DF elaborou os Projetos Interdisciplinares incluindo-os como componentes curriculares dos Cursos Superiores de Tecnologia (CSTs), com o propósito de conciliar teoria e prática, fomentando o exercício de habilidades, bem como o a formação para cidadania. Esta iniciativa busca a formação integral do graduando por meio da veiculação de valores humanos, pelo fortalecimento do relacionamento professor-aluno, pela forma de organização social das atividades curriculares, pelo estabelecimento do diálogo interno e com a comunidade, envolvendo-a no processo (Martí, 2006); atendendo demandas locais com vistas a garantir a relevância das ações executadas e o vínculo entre ensino e extensão.

Dentre os Projetos Interdisciplinares, as ações executadas pelos alunos de 1º Semestre dos Cursos Superiores de Tecnologia (CSTs) foram planejadas neste intuito de formação cidadã dos alunos, de assunção do papel de agente de mudança social e de atendimento a necessidades da comunidade local. Este projeto se dá por meio do diagnóstico de uma necessidade da comunidade local, planejamento, execução e avaliação de uma intervenção que atenda a demanda diagnosticada.

Material e Metodologia

O trabalho é dividido entre turmas do 1º Semestre dos CSTs da Faculdade Senac-DF a saber: Gestão de Recursos Humanos, Gestão Comercial e Marketing, totalizando oito turmas. Cada turma conta com um Coordenador para o Projeto, que ministra uma das disciplinas do semestre em questão. Nas turmas formaram-se equipes de, no máximo, seis alunos que partem a campo para identificar necessidades de intervenção em ONGs, Associações Comunitárias, Igrejas, Escolas, dentre outras. Por esta característica de envolver alunos ingressantes e pela temática, estes projetos foram batizados de “Trote Solidário”.

Uma vez identificadas as necessidades de intervenção, os alunos iniciam o processo de planejamento de uma ação para atendimento desta demanda, executando ao final do semestre o projeto. Todas as ações foram seguidas de uma pesquisa de satisfação com o público atendido, como forma de avaliação de impacto do projeto por conta das limitações de tempo (Cohen & Franco, 2008).

Resultados e Discussões

Instituído no segundo semestre de 2010, o Projeto Interdisciplinar contou com duas edições, congregando ações diversas que podem ser classificadas em dois grandes grupos: ações de responsabilidade social e ações de cunho ambiental.

No período compreendido entre o 2º semestre de 2010 e 1º semestre de 2011 foram atendidas 37 instituições, sendo registrado o atendimento a 4.895 pessoas durante as ações (Tabela 1).

Tabela 1: Número de Atendimentos por Edição do Projeto Interdisciplinar

Semestre/Ano	Instituições Atendidas	Público Atingido
2º/2010	14	1.750
1º/2011	23	3.145
Total	37	4.895

Os resultados das pesquisas de satisfação indicaram um percentual superior de satisfação com as ações realizadas no 2º/2010 e 1º/2011 – 79% e 81% respectivamente. Entretanto, esta avaliação está restrita à satisfação momentânea com a ação realizada, o que, não necessariamente, avalia se houve mudança social efetiva.

Quanto à formação cidadã por meio do engajamento dos alunos na prática da extensão universitária, percebeu-se o estreitamento dos laços entre alunos e professores, o reconhecimento da importância da responsabilidade social e uma mudança comportamental no corpo discente.

Conclusão



A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um fundamento do ensino superior, mas que não se materializa espontaneamente, requerendo ações concretas e políticas institucionais direcionada a esse fim.

Neste sentido, a inserção de práticas de extensão dentro dos componentes curriculares surge como uma possibilidade de alcance deste propósito, por um lado, permitindo a construção e disseminação de conhecimento socialmente relevante, por outro, criando condições de participação ativa de todos os atores sociais.

Incitar os graduando a participarem de atividades de extensão, ao início do curso, revelou-se uma estratégia interessante de inclusão de valores humanos no currículo, o que no caso dos CSTs mostrou-se eficiente dada duração reduzida destes cursos, sensibilizando-os e levando a reflexão sobre responsabilidade social e cidadania.

O avanço nestas práticas, necessita incluir a sistematização da metodologia de avaliação das necessidades e de promoção da participação da comunidade, bem como do desenvolvimento de metodologias de avaliação dos efeitos a longo prazo das ações realizadas.

Referências

COHEN, Ernesto & FRANCO, Rolando. *Avaliação de Projetos Sociais*. 8ª edição. Petrópolis: Vozes. 2008.

MARTÍN, Miquel Martinez. Formación para la ciudadanía y educación superior. *Revista Iberoamericana de Educación*. 42, p 85-102. 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*. 6(10), p. 117-24. 2002.



PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ATUAÇÃO EM PROJETOS DE EXTENSÃO DESENVOLVIDOS PELO NEPEP/UNIMEP

Área Temática: Educação

M. VIEIRA

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Márcia Aparecida Lima VIEIRA; Francisco Negrini ROMERO

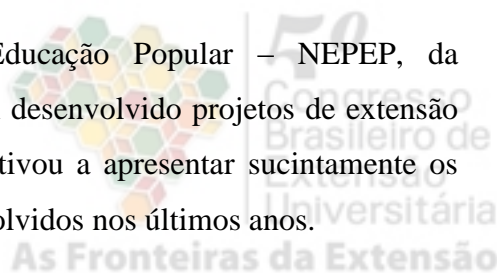
Resumo:

Neste artigo apresentamos em linhas gerais os princípios que têm norteado nossa atuação em projetos de extensão universitária desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos e Programas em Educação Popular - NEPEP da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP. Temos por objetivo compartilhar estes princípios e explicitar a metodologia utilizada. Mesmo não tratando de um projeto específico, buscamos suscitar debates que possam contribuir no aprimoramento de nossas ações. Temos tido a grata satisfação de contar com demandas apresentadas pelas próprias comunidades, assim desde a elaboração dos projetos contamos com a efetiva participação dos envolvidos e buscamos esclarecer que nossa intenção é de que no decorrer do processo a comunidade possa assumir cada vez mais o projeto, de modo autônomo. Neste sentido nossos projetos são realizados em diálogo com as comunidades. Este diálogo pressupõe a busca constante por posturas que possam fortalecer a identidade das comunidades e o protagonismo que estas podem exercer nas lutas que assume.

Palavras-Chave: Extensão, Educação Popular, Emancipação.

Introdução:

O Núcleo de Estudos e Programas em Educação Popular – NEPEP, da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP, têm desenvolvido projetos de extensão universitária há mais de duas décadas, o que nos motivou a apresentar sucintamente os princípios norteadores dos projetos de extensão desenvolvidos nos últimos anos.



Nossos projetos têm sido realizados em parceria com comunidades, movimentos sociais, organizações não governamentais, conselhos, associações e diferentes esferas do poder público. Neste processo buscamos aprimorar a interação e estabelecer um diálogo profícuo entre o saber acadêmico e o saber produzido pelas comunidades com as quais atuamos.

Neste percurso tivemos projetos desenvolvidos em comunidades locais, na própria região de Piracicaba, com associações e cooperativas populares, com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com moradores de rua, com jovens e adultos analfabetos. Ao mesmo tempo realizamos projetos no âmbito nacional, envolvendo a participação de estudantes atuando nos estados do Acre, da Bahia, do Espírito Santo, de Goiás, do Piauí e do Rio Grande do Norte em atividades extensionistas e especialmente em projetos de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. E como fruto da experiência nacional, dentre inúmeras Instituições de Ensino Superior, fomos selecionados para atuar em Moçambique, na África.

Apesar da diversidade de atuações, todos estes trabalhos estiveram pautados nos princípios de Educação Popular explicitados a seguir e nas concepções do educador Paulo Freire, pois assim como ele, acreditamos que “ensinar exige disponibilidade para o diálogo” (1996, p. 151) e através deste diálogo buscamos intervir no mundo, reconhecendo que a realidade só poderá ser alterada por aqueles que vivem e sentem a necessidade de mudanças.

Neste diálogo buscamos alternativas para compartilhar o conhecimento científico com a comunidade e o saber da comunidade com a academia, o que acreditamos produzir um novo saber, relevante tanto para a comunidade quanto para a Universidade.

Dessa maneira, as ações do NEPEP têm buscado efetivamente dinamizar a parceria entre a universidade, os movimentos sociais e o poder público das diferentes esferas, unificados na construção coletiva e democrática da cidadania como um bem comum, tal como preconizada na Política Acadêmica da Universidade (1994).

Material e Metodologia:

Nossas ações nos projetos de extensão estão ancoradas nas concepções de Paulo Freire, autor que afirma que as relações sociais demonstram que o homem é fruto da história ao mesmo tempo em que faz história e vai se formando nesta relação dialética. Assim, não é um processo que busca conhecer ou contemplar a realidade de fora, mas sim, que pretende decifrar, do interior do movimento histórico, seu sentido.

Assim, nossas reflexões sobre a realidade com a qual atuamos têm como ponto de partida o mundo inacabado e o ser humano em formação, como preconiza Freire. Demo (2001) contribui nesta questão ao explicitar que toda obra do ser humano é histórica e prática, sendo prática é ideológica, pois não pratica tudo ou qualquer coisa, faz opções que são opções históricas.

Nossas atuações nos projetos de extensão se reconhecem políticas, a serviço da comunidade visando a superação da condição a-histórica a que a maioria da população empobrecida foi submetida. Atuações baseadas no diálogo, realizadas **com** a comunidade e não **para** a comunidade.

Para nós os termos conscientização, emancipação e libertação pressupõem caminhos claramente definidos, ligados às seguintes posturas adotadas pelas pessoas em comunidade: perceber-se historicamente: como seres no mundo que agem sobre o mundo; compartilhar as mesmas buscas, os mesmos sonhos, as mesmas inquietações, perceber coletivamente a estrutura social em que vive como uma estrutura culturalmente construída. Sentir a necessidade de participar dos processos decisórios visando o bem coletivo olhando para o passado, consciente da construção presente, vislumbrando o futuro.

Neste sentido, as propostas extensionistas têm como ponto de partida o respeito à cultura local na elaboração de um trabalho crítico planejado, desenvolvido e avaliado coletivamente.

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História. (FREIRE, 1996, p.60)

Nosso desafio é realizar o trabalho através de uma dinâmica que permita a consolidação da identidade do grupo, pois esperamos que as comunidades possam organizar-se de modo a assumir o protagonismo em todos os seus projetos. Assim em nossa atuação buscamos respeitar os saberes da comunidade, o que não significa apenas enfatizar os conhecimentos que esta comunidade possui, mas sim ter no conhecimento adquirido o ponto de partida para novos conhecimentos. Assim buscamos sempre aproveitar as experiências prévias dos participantes para discutir determinados assuntos aprimorando seu conhecimento. Deste modo, não há uma ruptura, mas sim uma superação

entre o saber vivido (prática) e o que resulta dos estudos e procedimentos metodologicamente rigorosos (teoria).

A prática educativa e formativa, nestes projetos é elaborada e reelaborada buscando coerência com estes princípios norteadores, voltando-se sempre à reflexão, à revisão de postura ao redirecionamento das ações, pois estas poderão estimular a autonomia que fará a comunidade mais atuante na sociedade da qual faz parte.

É importante que o mediador, nestes projetos, exerça com competência a habilidade de escutar, pois assim aprende a difícil lição de transformar o seu discurso de modo a interagir de modo efetivo com os participantes.

Resultado e Discussões:

Nosso trabalho é realizado com comunidades diversas: assentados, quilombolas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, jovens e adultos analfabetos, moradores de rua e portadores de necessidades educativas especiais. Este trabalho é realizado com a participação de discentes das diversas Faculdades e têm contribuído para a formação de inúmeros profissionais que, em sua ação profissional, contam com a experiência de atuar diretamente com estas comunidades.

Compartilhamos com satisfação alguns resultados deste trabalho de parceria, pois atualmente o espaço do NEPEP é um lugar de encontro de muitos destes grupos com os quais desenvolvemos projetos. Continuamos a ser parceiros de associações, cooperativas, OSCIPs que foram organizadas a partir do trabalho desenvolvido nas comunidades. Muitos destes parceiros nos buscam para novos projetos e tem sido uma experiência ainda mais rica contar com uma equipe cada vez maior, que muitas vezes busca articular-se numa rede de apoio como é o caso de algumas destas associações.

Além disso, nos últimos 10 anos contamos com mais de 200 estudantes atuando em projetos de extensão universitária no NEPEP. Estes estudantes produziram inúmeros textos: relatórios, artigos, relatos, em que demonstram a aprendizagem que acumularam ao assumirem o desafio do diálogo com comunidades e o quanto esta experiência contribuiu em sua formação, não apenas no âmbito profissional ou pessoal, mas no posicionamento político nas mais diversas situações.

Conclusão:



A importância de manter princípios, sempre renovados pela reflexão da conjuntura e pelos desafios da prática, reforçados pelos conhecimentos produzidos e compartilhados na universidade, nos assegura um trabalho que busca aprimorar-se a cada novo desafio.

Mesmo com as crises que as universidades particulares, confessionais e comunitárias têm vivido nos últimos anos, com mudanças em seus quadros administrativos e docentes, a permanência de uma linha pedagógica extensionista, com princípios embasados na educação popular freireana permanece apostando no trabalho emancipador.

Princípios norteadores animam e formam agentes sociais que buscam, em sua ação educativa, desenvolver práticas libertadoras que ofereçam alternativas às práticas sociais vigentes, de modo que a universidade possa cada vez mais assumir-se como um espaço formativo de cidadãos atuantes e comprometidos com a sociedade em que vivem.

Referências Bibliográficas:

DEMO, Pedro. **Educação pelo Averso:** Assistência como direito e como problema. São Paulo: Cortez, 2002

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura) 1996



**UNIVERSIDADE POPULAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS (UPMS)-
“CONSTRUINDO DIÁLOGOS ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A
UNIVERSIDADE”**

Área Temática: Educação

Responsável: Michele Leão de Lima Ávila

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)

Departamento de Ciência Política.

Autor (as): Alfredo Alejandro Gugliano – Prof. PPG Ciência Política

Vanessa Marx – Profa. e Pós-Doutoranda PPG Ciência Política

Michele Leão de Lima Ávila – Graduanda em Ciências Sociais e

Bolsista de Extensão.

Resumo

Nos dias 24 e 25 de julho de 2010 foi realizada na Faculdade de Arquitetura da UFRGS a primeira oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais – Rede Global de Saberes (UPMS) no Rio Grande do Sul, com o tema “Construindo diálogos entre os movimentos sociais e a universidade”. Esta oficina foi uma iniciativa do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e de um conjunto de professores e alunos de distintos setores da universidade, com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal. O objetivo da oficina foi, portanto, realizar uma reflexão conjunta acerca do papel social da universidade, tendo como contexto os desafios trazidos pela globalização e a relação desta instituição com os movimentos sociais na perspectiva de implementação do projeto da UPMS-Rede Global de Saberes - no Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada na oficina teve como ponto

de partida as concepções pedagógicas que orientam o trabalho da UPMS. Neste sentido a sua construção se deu de forma concertada com todos os atores sociais envolvidos e as atividades tiveram como objetivo o desenvolvimento de um processo de colaboração e trabalho conjunto a partir de demandas e de pautas construídas pelos participantes. O conjunto de ativistas dos movimentos sociais e intelectuais permitiu o diálogo a cerca do papel da universidade na promoção da cidadania, a democracia, a ciência, a justiça social e a abertura da universidade para os setores excluídos.

Palavras-chave: Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), Movimentos Sociais e Universidade.

Introdução

A universidade é um espaço em disputa, no qual os movimentos podem abrir caminhos e construir parcerias que permitam estabelecer um diálogo tanto em termos do intercâmbio de saberes como do ponto de vista da articulação de iniciativas conjuntas entre os movimentos e seus parceiros internos à instituição. É preciso enfrentar as concepções tradicionais a respeito da natureza e do papel da instituição universidade na sua relação com a sociedade. Isto se refere tanto às suas vertentes que apresentam a universidade e o saber como neutros em relação aos conflitos sociais, e que afirmam um modelo de universidade que estaria acima destes conflitos, quanto os que questionam esta suposta neutralidade, mas ao mesmo tempo estabelecem uma relação de tutela dos movimentos.

A relação de parceria deveria ser baseada num diálogo intercultural, que reconheça os distintos saberes e não estabeleça uma hierarquia entre o saber erudito da universidade e o saber popular. A proposta da UPMS busca trabalhar esta tensão, entendendo que é necessário construir uma relação mais horizontal entre os distintos saberes.

O tema escolhido “Construindo diálogos entre os Movimentos Sociais e a Universidade” teve como objetivo abrir o caminho para uma reflexão da relação entre a universidade, enquanto espaço institucionalizado de produção e difusão de conhecimento e os movimentos sociais, entendendo estes como protagonistas da construção de novos saberes a partir da sua prática cotidiana de luta social. Esta relação é complexa e traz consigo tensões e complexidades, sobre as quais consideramos importante refletir.

Esta preocupação em discutir a relação se deve à constatação de que o saber acadêmico em nossa sociedade tende geralmente a se desenvolver de maneira isolada em relação às demandas da maioria da sociedade. O fortalecimento dos movimentos sociais vem demandando cada vez mais a apropriação de ferramentas teóricas e metodológicas que contribuam com a qualificação da sua intervenção. A experiência de construção dos movimentos implica também em uma apropriação do conhecimento científico como uma ferramenta em suas lutas. Por outro lado essa luta em si mesma, produtora de novos saberes necessitaria ser sistematizada, integrada e qualificada.

A própria universidade que foi sede da atividade, enquanto instituição, tem também uma história de relação com os movimentos sociais. As trajetórias pessoais e a experiência política e profissional de um número significativo de professores e funcionários da instituição carregam consigo relações desde uma perspectiva solidária com os movimentos sociais. Deste processo resulta um número significativo de iniciativas de ensino, pesquisa e extensão as quais a experiência acadêmica se soma à luta dos distintos movimentos. As políticas afirmativas, voltadas para a democratização do acesso à universidade, as atividades de extensão relacionadas com distintos setores das classes populares, a busca de construção de políticas públicas a partir de uma parceria entre setores da universidade e os distintos movimentos sociais nas áreas da educação, da saúde, do exercício da democracia, são experiências a partir das quais se pode avançar na discussão da relação entre o conhecimento acadêmico e os movimentos sociais.

Material e Metodologia

As atividades que compõem a UPMS são: atividades pedagógicas, de investigação-ação transformadora e de difusão de capacidades e instrumentos de tradução intertemática, internacional e intercultural.

Participaram nos dois dias de trabalho 51 pessoas, entre dirigentes e ativistas dos movimentos sociais, professores, alunos e funcionários da UFRGS e de outras instituições universitárias. A atividade contou também com a participação do professor Boaventura de Sousa Santos, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, de Lilian Celiberti, da Rede Feminista Marcosur, de representantes de movimentos sociais do Uruguai, do Serviço de Extensão da Universidad de la República

(Uruguai) e do Centro de Estudos Sociais da América Latina (CES-AL) da Universidade Federal de Minas Gerais.

Nos dois dias de trabalho os participantes fizeram uma reflexão sobre a relação entre os movimentos sociais e a universidade, tendo como pano de fundo a proposta da UPMS. O debate se centrou em torno da necessidade de aprofundar e qualificar esta relação, tomando como ponto de partida uma perspectiva comum alinhada em torno dos valores que orientam a carta de princípios do Fórum Social Mundial. A busca de uma construção coletiva de conhecimento proveniente do encontro entre movimentos sociais e universidade foi o centro das preocupações. No processo de discussão se chegou a um consenso da importância deste diálogo entre o conhecimento acadêmico da universidade e os saberes que emergem das lutas dos movimentos sociais.

As atividades pedagógicas das oficinas foram realizadas na forma de oficina/Workshops com número de participação limitado a militantes e intelectuais, com a duração de dois dias com intensivos momentos de discussão, estudo e reflexão. Aconteceram dois momentos, um temático que abordou o conhecimento prático-teórico dos movimentos dentro de suas temáticas e o outro intertemático que foi sobre a troca de experiências e conhecimentos entre duas áreas de ação. A partir do debate em grupos foi realizada plenária, que debateu os encaminhamentos necessários para dar continuidade a discussão proposta.

Conclusão

A oficina “UPMS-Construindo diálogos entre os Movimentos Sociais e a Universidade” foi um primeiro encontro de sensibilização para constituir um processo de construção da UPMS na região sul do Brasil.

O avanço desta relação depende da articulação daqueles indivíduos e grupos de dentro da instituição e as lideranças dos movimentos sociais em torno de uma plataforma comum construída coletivamente. Este esforço deve-se voltar, de um lado, para dentro da universidade, buscando ampliar a legitimidade da iniciativa, assim como viabilizar o apoio institucional e o acesso a recursos materiais e humanos que contribuam para a implementação da proposta.

Por outro lado é importante ampliar o diálogo com os movimentos sociais, multiplicando os interlocutores, abrindo contatos com movimentos e atores sociais que ainda não estão envolvidos na proposta e divulgando a iniciativa no sentido de construir uma parceria mais consistente com os movimentos sociais.

A ampliação deste diálogo interno na universidade foi um passo importante no sentido de fortalecer a proposta da UPMS, entretanto faltaria avançar no sentido de mapear outras iniciativas desenvolvidas que tem o mesmo objetivo da UPMS, estabelecer um debate mais sistemático sobre estas experiências, articular esforços e ampliar o espaço já ocupado na universidade. Ainda que o processo seja inicial, verificamos na realização da oficina a importância da universidade pública como ator fundamental para o avanço e a implementação da UPMS no Rio Grande do Sul.

Referências

SANTOS, Boaventura de Sousa: *“O Fórum Social Mundial: manual de uso”*. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa: *“Vozes do Mundo” Série Reinventar a emancipação social para novos manifestos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa: *“A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade”*, São Paulo : Cortez, 2004.

RELATÓRIO OFICINA DA UNIVERSIDADE POPULAR DOS MOVIMENTOS – PORTO ALEGRE/RS: *“Construindo diálogos entre os Movimentos Sociais e a Universidade”*. <http://www.universidadepopular.org/media/Relatorio2010.pdf>

